

DE BRASÍLIA

20 MAI 1987



Propostas dos constituintes só preocupam

Jorge Rosa

A Assembléia Nacional Constituinte concluiu na semana passada a sua primeira fase, com o término dos anteprojetos das 24 subcomissões. Os documentos oriundos destas subcomissões não permitem traçar um perfil satisfatório para a futura Carta Constitucional, que deverá ser promulgada no dia 15 de novembro deste ano.

As avaliações feitas pelos vários segmentos da sociedade brasileira levam a acreditar que os anteprojetos não conseguiram agradar nem aos conservadores nem aos progressistas. Os constituintes seguiram a tradição brasileira que vê no Diário Oficial a solução para todos os problemas nacionais. Basta baixar um edito e tudo estará resolvido. Talvez, esta seja a única explicação para a preocupação dos constituintes ao tentar defi-

nir o tamanho mínimo de uma cela na penitenciária ou estabelecer um dispositivo que assegure a vigência da Constituição mesmo em caso de golpe de Estado, como se para os tanques houvesse limites.

Para alguns, se não forem alterados os anteprojetos das subcomissões, a futura Carta Constitucional vai inviabilizar o País, apesar de algumas propostas louváveis como a que acaba com os privilégios de militares, magistrados e parlamentares em relação ao Imposto de Renda. Os conservadores vêm nas propostas das subcomissões uma Constituição estatizante e xenófoba, enquanto os progressistas consideram-nas tímidas.

Deste processo não escapou a Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, cujo relator deputado Oswaldo Lima Filho, ex-ministro da Agricultura do governo João Goulart, conseguiu produzir um documento que gerou uma avalanche de protestos. O ponto mais polêmico foi fixar em no máximo 100 módulos rurais o limite da propriedade rural no Brasil. Por este dispositivo, uma propriedade rural no Amazonas terá no máximo 1.000 hectares e em São Paulo 400 hectares. Pela publicação de um simples edito, na visão do deputado relator, estarão eliminados os grandes latifúndios improdutivos. A área excedente aos 100 módulos estará sujeita à desapropriação para efeito de reforma agrária e o seu proprietário só poderá tomar crédito rural se dedicar 10% da área para a produção de alimentos básicos. Mais uma vez, um edito resolverá os problemas de abastecimento interno.

Quanto à política agrícola, o relator da subcomissão cria um Plano Quinquenal de Desenvolvimento Agrário, a ser aprovado pelo Legislativo e determina que toda a importação de produtos agropecuários "in natura" terá que ter também prévia autorização do Legislativo. Não se questiona a incompetência do governo federal no setor de importações de alimentos. Mas dar ao Legislativo o poder de decidir sobre o assunto não parece ser a solução. Algumas importações, muitas vezes, precisam ser feitas com urgência e se o mercado interno for esperar por verificações de quórum, manobras regimentais e outras questões de interesses políticos, quando a autorização chegar já pode ser tarde.

A Assembléia Nacional Constituinte inicia esta semana a sua segunda fase. Até ontem foram aceitas emendas dos constituintes aos anteprojetos e agora os relatores têm três dias para examiná-las e apresentar um novo anteprojeto. No dia 25, os anteprojetos deverão ser encaminhados às Comissões Temáticas.

A permanecer o conteúdo básico dos anteprojetos apresentados pelas 24 Subcomissões, o contribuinte que se prepare porque aumentará significativamente a incidência fiscal. Para fazer frente aos novos gastos previstos nas propostas dos relatores, a carga tributária terá obrigatoriamente que crescer. A Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, por exemplo, está propondo a criação do Departamento Nacional de Defesa do Solo e dos Recursos Naturais, com a dotação de 5% do orçamento do Ministério da Agricultura, além do Fundo Nacional de

Reforma Agrária, "com a dotação mínima de 5% da receita prevista no orçamento da União".

• Norte-Sul — O governo parece decidido a construir a Ferrovia Norte-Sul, que fará a ligação da Ferrovia de Carajás com a malha ferroviária do Sul do País, a partir de Luziânia. O clima geral é contrário a realização da obra, não por que se tem uma posição firmada contra o Nordeste, mas por uma questão de prioridade no momento em que o País atravessa sérias dificuldades econômico-financeiras. A ferrovia vai consumir US\$ 2,5 bilhões, que poderiam ser melhor aproveitados se aplicados na melhoria das ferrovias já existentes. É o caso específico da ferrovia que faz a ligação do Centro-Oeste com o Porto de Tubarão, no Espírito Santo. Esta é uma antiga aspiração dos produtores rurais da região dos Cerrados já ocupados por projetos agrícolas. As áreas a serem beneficiadas pela Ferrovia Norte-Sul ainda são um grande vazio e não se justifica o argumento de que a ferrovia será um indutor do desenvolvimento. Não basta apenas uma ferrovia para exercer este papel de indução, pois tornam-se necessárias medidas paralelas que exigirão ainda mais recursos.

• Ministro da Fazenda — O novo ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, está enfrentando tantas dificuldades para aliar suas idéias econômicas com o programa do PMDB que muita gente já o está chamando de Luís Carlos "Breve" Pereira, certa de que permanecerá pouco tempo no cargo.

O autor é jornalista, especializado em assuntos agrícolas, e chefe da sucursal de O Estado em Brasília.